



EDUCAÇÃO POPULAR E INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA

Maria Aldecy Rodrigues de Lima

UFAC. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação.

E-mail: aldecyczs@gmail.com

Aline Cleide Batista – UFPB

E-mail: alinecleide@yahoo.com.br

Resumo

A educação brasileira tem, ao longo de sua história, seguindo uma trajetória de exclusão social, visualizadas através dos índices elevados de adultos analfabetos desde o Brasil Colônia e avança cronologicamente até os dias atuais. Nesse trajeto observamos campanhas, movimentos, programas que tem por objetivo instruir jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso e permanência na educação regular por vários motivos e que procuram depois de adultos aprender a ler e escrever. O objetivo deste texto é apresentar aspectos dessa trajetória histórica apontando campanhas, programas e movimentos que buscam incluir os excluídos do processo educativo. Entendemos esses movimentos enquanto processo formativo que busca incluir os jovens e adultos analfabetos no sistema escolar e assim, inserir-se na sociedade com menos discriminação e preconceitos atribuídos a sua condição de cidadão não escolarizado e que, muitas vezes, envergonha o país e são taxados de improdutivos. Condição essa imposta pelo sistema social, econômico e político que expulsa o estudante da escola ao invés de inclui-lo no processo educativo e alcançar novos horizontes dada à condição de alfabetizado.

Palavras-chave: Educação Popular, Inclusão, Educação de Jovens e Adultos.

Introdução

Ao longo da história e da história da educação brasileira observamos várias campanhas, movimentos e programa de alfabetização de jovens e adultos. Uns que antecedem o período da ditadura militar, outro durante esse período, e outros posteriores. Nesse texto, faremos abordagem a esses três momentos importantes para o processo de alfabetização de jovens e adultos.

O tema da inclusão social ganha corpo nas discussões da atualidade, contudo, vivemos um processo de exclusão durante muitos anos na História da Educação brasileira. Basta olharmos os índices de jovens e adultos, apesar, de já terem frequentado a escola e que, por algum motivo tiveram que abandoná-la antes mesmo de aprender a ler e escrever, ou seja, de ser de fato incluído no processo educativo, na escola.

Faremos ao longo deste texto um mapeamento de campanhas, movimentos e programas da educação de jovens e adultos.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica foi nosso ponto de apoio para mapearmos esse processo de inclusão de jovens e adultos na escola. Segundo observa (OLIVEIRA, 2013, p.69) é “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”.

Esses materiais nos serviram de apoio para deles extrair as informações de que precisamos em nossa pesquisa. Paulo Freire é também um apoio basilar na educação de jovens e adultos desde o final da década de 1950 do século XX, quando pensa uma educação e um método de alfabetizar em 40 horas. Os postulados de Freire nos apontam processos formativos de inclusão daqueles excluídos ao longo da história.

Campanhas e movimentos de alfabetização de adultos

A Primeira Campanha de Educação de Adultos, data de 1947 (CEAA). Instituída pelo governo federal baseada no modelo de alfabetização tradicional “que simplesmente desenvolviam o ensino da leitura, da escrita e do contar, sendo inteiramente alienante na sua metodologia” (GERMANO, 1989, p. 23). Havia nesse período, um índice alarmante de analfabetos no país, o que causa vergonha nacional, pois os analfabetos são tachados de incapazes, improdutivos e não contribuem com o desenvolvimento. Uma erva daninha que deveria ser erradicada.

Nos anos 50 do século XX, Paulo Freire e suas experiências exitosas de alfabetizar em 40 horas, ganham notoriedade. Em 1958, foi criada as Escolas Radiofônicas, no Estado do Rio Grande do Norte (RN),

[...] – a ideia de uma Rádio Escola ou da utilização do rádio para programas de educação de base das populações rurais. [...] Com a inauguração da Emissora no dia 10 de agosto de 1958, foram organizadas as primeiras Escolas Radiofônicas, dando-se início à primeira experiência, no Brasil, de educação de base pelo rádio (FERRARI, 1968, p.85).

As Escolas Radiofônicas, faziam parte do Serviço de Assistência Rural (SAR), foram uma das ações sociais do Movimento de Natal, realizada pela Arquidiocese de Natal, que tinha a função de alfabetizar por meio do rádio, mas também desempenhava outras ações sociais, como: a conscientização e a politização das populações rurais, inicialmente a nível estadual, sob a responsabilidade do então Bispo Dom Eugênio Sales.

Essa campanha evoluiu para o Movimento de Educação de Base (MEB). Surgiu como uma iniciativa da Igreja Católica. Era constituída pelo estado de Minas Gerais, e pelas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, atuando principalmente no interior destas regiões, locais com um grande índice de subdesenvolvimento. A desestruturação do MEB iniciou-se durante os primeiros meses de 1964. Nessa época alguns de seus livros foram confiscados por serem classificados de teor comunista. A partir daí o MEB passou a ser pressionado não só pela igreja, mas também pelos poderes sociais e conservadores do regime militar.

Em 1966 o programa encerrou-se em alguns estados devido à pressão feita pelo governo militar¹. Mas alguns anos depois por volta de 1970 o MEB, que havia diminuído sua área de atuação, voltou ao processo de alfabetização dando prioridade para as regiões Norte e Nordeste do país². Tendo o Brasil, como sua marca básica, as desigualdades sociais e regionais, não poderia ser diferente com o analfabetismo.

¹Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "comunizantes e subversivas". "O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores. Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os "excedentes" (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório". (BELLO, 1993, p. 58).

²O índice de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais tinha caído de 39,6% em 1960 para 33,6% em 1970. (Síntese dos Indicadores Sociais, 2000). A Região Nordeste apresentava um índice de 53,8% de analfabetismo, seguido da Região Norte com 35,0%, a Região Centro-Oeste com 34,6%, a Região Sul com 23,7% e a Região Sudeste com 23,0%. Na Região Sudeste, o maior índice foi apresentado pelo Estado de Minas Gerais com 34,5%, seguido do Espírito Santo com 32,9%, de São Paulo com 18,8% e Rio de Janeiro com 16,7% (IBGE, Censo Demográfico 1970).



Em ordem cronológica o segundo movimento de cultura popular a emergir foi a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, desenvolvido diretamente pela Secretaria Municipal de Natal (Rio Grande do Norte) na administração do prefeito Djalma Maranhão: fevereiro de 1961. Segundo (CUNHA; GÓES, 1985) esta Campanha foi criada como os demais movimentos do período, em meio às grandes manifestações populares, dentre as quais a luta pela ampliação da escola pública, a Campanha objetivava a imediata extensão das oportunidades educacionais para toda a população daquela região.

Já em 1963, ano marco não somente para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, mas também referência para o mundo, com a campanha de alfabetização denominada às 40 horas de Angicos, na Cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte.

Angicos foi o teste da realização do que parecia imponderável, mas que era o mais esperado. Em 40 horas, pela empolgação de jovens universitários aplicados em desvendar os mitos da alfabetização, homens, mulheres, crianças dos sertões sem escolas e sem professores aprendiam a ler, escrever e raciocinar nos princípios fundamentais da matemática. Aprendiam a descobrir o mundo, no encontro com sua cultura, no diálogo com sua problemática de vida adversa. (FERNANDES; TERRA, 1994, p. 8).

Esta foi uma experiência pioneira realizada pelo educador Paulo Freire que começou a tomar corpo no final do mesmo ano, mas foi interrompida pelo Golpe Militar de 1964. Ela foi expressiva pela eficácia nos resultados e revolucionária quanto ao tempo empregado para alfabetizar um adulto. Apesar de interrompida pelo Golpe Militar, expandiu-se para outras nações levada pelo seu mentor Paulo Freire quando estava no exílio.

A Campanha 40 horas de Angicos, foi sucedida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de abrangência nacional, em 1967. Após terem sido fechados ou mutilados os denominados movimentos de educação e cultura popular, Ação de alfabetização de abrangência nacional, de iniciativa do Regime Militar, sem a expressão dos Movimentos Populares, como:

Os denominados movimentos de educação e Cultura Popular – CPC (Centro Popular de Cultura/UNE), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB, CEPLAR (Centro de Educação Popular), Pé no Chão –foram todos fechados ou mutilados e muitos de seus participantes foram presos e cassados. Em Natal, um capitão de corveta (Thomaz Edison Goulart do Amarante) assumiu a Secretaria de Educação, em substituição ao professor Moacyr de Góes e a Campanha de “De pé no chão também se aprende a ler” foi acusada no IPM (Inquérito Policial Militar) de “movimento educacional nitidamente subversivo”, de “subversão educacional”. (GERMANO, 1994, p. 106).

No ano de 1965, em oposição às ideias de Paulo Freire, surgiu em Recife a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC)³, de caráter conservador e semioficial (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Suas perspectivas eram diferentes não somente na política, mas também seus objetivos, sua maneira de interpretar o fenômeno educativo e seus métodos.

Em 1967 temos a criação do MOBREAL, “foi uma iniciativa pensada e elaborada pelo regime militar vigente no Brasil (1964 – 1985. O MOBREAL e a Cruzada ABC, constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Com o fim do Mobral em 1985 – período de redemocratização do país – surgiram outros programas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar, estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. O seu papel era de supervisionar e acompanhar, junto às constituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. No entanto, em 1990, com o Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta e substituído pelo PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e cidadania), que, através de comissões municipais, pretendia mobilizar a sociedade em torno da alfabetização de jovens e adultos.

No início dos anos 1990 a educação de jovens e adultos (EJA) constituída, segundo a LDB de 1996 como modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por qualquer motivo, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial (BRASIL, 2000).

No início da década de 1990, temos o Movimento de Alfabetização (MOVA), que procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico das pessoas alfabetizandas, tornando-as coparticipantes de seu processo de aprendizagem. Somente em 1996, surge novamente um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo Federal. No entanto, com o Programa

³A Cruzada pretendia desenvolver, a partir de uma visão de integração e subordinação ao capital internacional, programas de alfabetização, educação continuada, comunitária e orientação profissional. Sua prática, no entanto, acabou por significar a distribuição de alimentos, com “a função de assegurar a atividade voluntária de professores e membros da comunidade bem como manter elevada a frequência integral às atividades escolares”. Devido às várias críticas recebidas, particularmente quanto ao recebimento de verba pública sem controle ou devida fiscalização, a Cruzada foi extinta, em 1971, pela Portaria nº 237, que revogava toda a legislação anterior. Nesse mesmo horizonte, a LDB de 1961, considerada demasiadamente humanista pelos intelectuais orgânicos do capital internacional, associados ao empresariado nacional, veio consequentemente, a ser apontada como incapaz de responder às exigências do desenvolvimento do País. (PAIVA, 1987, p.270).



Alfabetização Solidária (PAS). Mas como aconteceu com os movimentos anteriores, também não faltaram críticas aos movimentos que sucederam o MOBRAL.

Ao abordar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, não é demais salientar, que a perspectiva da educação brasileira, não seria a mesma sem a ótica social de Paulo Freire. Convém notar que o educador criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias de hoje diversos programas de alfabetização e educação popular.

A alfabetização de jovens e adultos para Freire é concebida como um “ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador” (FREIRE, 1989, p. 19), daí sua crítica à alfabetização mecânica que reduz o alfabetizando à condição de objeto da alfabetização e não de sujeito deste processo.

A produção de conhecimento, de leitura e de escrita, onde o computador, por exemplo, é um elemento dinamizador, acontece no Programa Alfabetização Solidária, que integra a Comunidade Solidária desde 1997, através do “Alfabetização Digital”. O Projeto foi criado para qualificar a mão-de-obra local e promover o acesso à informática, como meio de conter a exclusão digital, nos municípios atendidos pelo PAS. A compreensão crítica do ato de ler, como proposta de alfabetização, é dotada de um movimento dinâmico em que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, Freire (1989).

Não poderíamos deixar de citar O programa Recomeço – Supletivo de qualidade este criado pelo MEC, em 2001, para apoiar os municípios e estados com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em especial do Norte e Nordeste do país, a prover ensino fundamental de jovens e adultos.

Em 1998, do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 2001, com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. No âmbito da EJA, o PRONERA visa conforme dita,

Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária; formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. (BRASIL, 2014.)

O Programa Brasil Alfabetizado que foi criado, em 2003, com o objetivo de universalizar a alfabetização de brasileiros de 15 anos ou mais, e reestruturado, em 2007, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No preâmbulo à Resolução 56/116, a Assembleia Geral da



ONU enfatizou o apoio ao conceito de alfabetização para todos e a importância da criação de ambientes e sociedades alfabetizados para a erradicação da pobreza, redução da mortalidade infantil, contenção do crescimento populacional, igualdade entre os gêneros e o estabelecimento do desenvolvimento sustentável, da paz e da democracia. Enfatizou, ainda, que "a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, como parte integrante da Educação para Todos, irá fornecer tanto uma plataforma quanto o impulso para a consecução de todos os seis objetivos do Marco de Ação de Dacar”

O ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) Instituído em 2005, destina-se à elevação de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos (inclusive aqueles com necessidades educativas especiais), sem vínculo empregatício formal, que não concluíram o ensino fundamental mas que saibam ler e escrever. Abrange as capitais e demais regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, mediante convênios com as administrações públicas dos entes federados.



O ProJovem foi criado com objetivo de atuar simultaneamente na elevação da escolaridade e capacitação profissional dos jovens, estimulando ainda a atuação dos jovens por meio do desenvolvimento de projetos de ação comunitária. O modelo proposto de integração entre educação, trabalho e cidadania foi diferenciado em relação às políticas educacionais vigentes propondo uma ação que atingisse diferentes esferas na vida juvenil. (SCHMIDT, *et.al.*.2011, p. 8)

A efetivação do programa deu-se em diferentes momentos no Brasil e ganhou tal projeção, que em 2008 várias políticas voltadas para a juventude em outros ministérios receberam o nome de ProJovem e também sobrenomes, como por exemplo o ProJovem Urbano, que foi o ProJovem original, ProJovem Adolescente e ProJovem Rural.

Além do ProJovem queremos enfatizar também a existência do Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos) Instituído pelo Decreto nº 5.840, de 2006, consiste na reserva de um percentual mínimo de vagas para jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica e na oferta para esse público de ensino fundamental e médio articulados à formação profissional básica ou técnica, com metodologias e currículos apropriados.

Mais adiante surge o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) Criada pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, a iniciativa consiste na distribuição de livros didáticos para atender à demanda específica do público jovem e adulto, além de apoiar os alfabetizadores cadastrados pelas entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado



que receberão, anualmente, livros didáticos adquiridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Reduzir o analfabetismo sempre foi um grande desafio para o sistema educacional brasileiro. Nessa trajetória histórica observamos momentos de inclusão e exclusão. Inclusão dos jovens e adultos no processo formativo escolar e, ao mesmo tempo, discriminação por parte de segmentos da sociedade que compreendia o jovem analfabeto estigmatizado pelo preconceito de não saber ler e escrever. O preconceito era demasiado, que os analfabetos adultos eram tidos como um grande mal que cumpre extirpar do organismo nacional.

Lembrando que esses preconceitos concebem construções ideológicas que concorrem, de maneira articulada, para a assimilação negativa, o descrédito, a classificação e a exclusão efetiva das pessoas analfabetas e que apenas, legitima essa exclusão.

Com essa mudança o analfabetismo agora era visto como uma consequência da precária condição social da maioria do povo brasileiro. Para Paulo Freire, os analfabetos deveriam ser reconhecidos como “sujeitos produtivos, portadores de uma cultura e toda ação educativa deveria valorizar a realidade existencial dos educandos, através da identificação de seus problemas no sentido de superá-los” (FREIRE, 1985, p. 59).

Conclusão

Ao longo de sua história, a Educação de Jovens e Adultos, como é hoje denominada, realizou-se como prática social através de instituições formais e não formais na história do Brasil é possível perceber as dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino, desde a época em que os jesuítas eram responsáveis pela educação até os dias de hoje. A educação no Brasil caminhou por veredas tortuosas desde o início, reservada a uma elite dominante e totalmente exploradora, sempre esteve voltada a estratificação e dominação social.

A Educação de Jovens e Adultos é um instrumento de inclusão social, que comporta mudança na vida de todas as pessoas, independentemente da idade ou classe social. Estudar pode não deliberar todos os problemas sociais, nem revogar com a injustiça social, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história. Ademais, “aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem” (FREIRE, 2002, p. 58), para Freire, o processo de alfabetização demanda uma relação de autêntico diálogo.

Referências Bibliográficas

Alfabetização Solidária, 13 anos – percursos e parcerias / Edneia Gonçalves (coord.). – São Paulo: Alfabetização Solidária, 2009. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/impacto.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro. 2015. As 21h15min.

BRASIL, C. N. de E. (CNE). **Parecer CNE/CEB nº11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: maio de 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2015.

CUNHA, L. A; GÓES, M.O **Golpe na educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Disponível em: file:///C:/Users/Micro/Downloads/3152-9603-1-PB%20(4).pdf acesso em: 12 de janeiro de 2015.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** *Caderno Cedes*, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362010000200011&script=sci_arttext. Acesso em 13 de janeiro de 2015 as 14hs40min.

FERNANDES, C; TERRA, A. **40 horas de esperança.** São Paulo: Ática, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/Micro/Downloads/3152-9603-1-PB%20(4).pdf acesso em: 14 de janeiro de 2015 as 13hs38min.

FERRARI, A. **Igreja e Desenvolvimento: o Movimento de Natal.** Natal: Fundação José Augusto, 1968. Disponível em: <http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/viewFile/364/239>. Acesso em 12 de janeiro de 2015. As 6hs20min.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo, Cortez, 1989.

_____. **Educação e Mudança.** 26. ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

_____. **A importância do ato de ler; em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1987.

GERMANO, J. W. **Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé no Chão.** 2. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. Disponível em: file:///C:/Users/Micro/Downloads/3152-9603-1-PB%20(3).pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2015. As 08hs15min.

GÓES, M. de; CUNHA, L. A. **Voz Ativa** 11 ed. **O Golpe na Educação.** Ed. Jorge Zahar, 2002. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.com/historia/a-educacao-jovens-adultos-movimento-brasileiro-alfabetizacao.htm> acesso em 14 de janeiro de 2015. As 10hs.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: http://www2.rc.unesp.br/eventos/matematica/ebapem2008/upload/216-1-A-gt12_friedrich_ta.pdf acesso em: 09 de janeiro de 2015.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB



OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PAIVA, V. **Educação de adultos e educação popular**. 4. ed. Edições Loyola, 1987.



